

Participantes: Roseli Marcelli SME , Marcella Chakur - Defensoria Pública da União (DPU/SP), Regina Nakamura (Tuti) - NRCGConareSP, Wilbert - OIM/SP, Adriano Coordenador da Biblia-Aspa, Vania da Secretaria Municipal de Habitação de São Paulo, JUAN CUSICANKI , FRONTEIRAS CRUZADAS, COLABOR ECA, CONEXÃO LATINA, CIA NOVA DE TEATRO, Guilherme Ramalho do museu da imigração, Alexandra Gomes da Almeida (Coletivo Conviva Diferente), Nives- Bolívia Cultural, Lilian Galvarro, Marcela Chakur, Rebeca Durán (Coord CRAI), Vinicius Cabral, Crescendo Juntos, Lucia Silva, Renata Rossi (CDHIC), Eduardo José - Presidente da Ass dos Estudantes Angolanos em SP, Lúcia Silva (SMS), Bruna Manna Tarlink, Crescendo Juntos (sem nome) , Adama Konate

Pauta:

1. Informes e alinhamentos e atualizações sobre regularização migratória
2. Discussão de propostas de ação para o CMI

Vinicius deu as boas-vindas às pessoas participantes. Fábio iniciou a reunião explicando o objetivo do GT e a pauta da reunião.

Fábio indicou que a reunião tinha a proposta de escutar propostas como indicado no convite e encaminhado na última reunião ordinária do CMI.

O Juan Cusikanqui comentou as dificuldades no agendamento na Política Federal e as diferentes necessidades das pessoas para fazer a documentação.

A Lilian disse que diminuíram a equipe para o atendimento na PF e o Consulado Boliviano só está atendendo em casos urgentes.

A Rebeca acrescentou que a PF está atendendo de forma reduzida e que agregou que os agendamentos atrasados podem se ver afetados. Propôs um agendamento prioritário que contemple o passivo, procurando criar fluxos transparentes. Também deu o informe de um e-mail do CONARE com um formulário para pessoas que estão aguardando por entrevista. Ela compartilhou o link <https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdA7GjDC7dq8RqtX84PHWUvAzovYMqL7IYkwEb-7Uy4YaaLeg/viewform> e ficou de encaminhar para para ser divulgado nos membros presentes do GT.

A Marcela da DPU informou que o órgão está atendendo focalizado nos casos de entrada de imigrantes em entrada irregular e na questão das multas.

A Renata do CDHIC indicou que o problema já relatado pelas organizações de ponta também tem sido muito complicado pela entidade. Acrescentou que tentarem diálogo anteriores e que a PF argumentou que a redução de pessoas aconteceu em todos os serviços. Também ela colocou que a portaria 652(Jan/2021) também foi discutida com a PF, a resposta é das decisões governamentais no nível federal, como por exemplo o tratamento dos casos omissos pela Casa Civil.

A Rebeca também ressaltou a situação da fronteira com o Paraguai e as consequências em relação às situações de violação de direitos. Colocou que o CMI poderia ter um posicionamento sobre a portaria.

O Wilbert deu o informe de que imigrantes de várias nacionalidades voltaram a pressionar na ponte Assis Brasil. A Secretaria da Assistência Social do Município foi articulada. Ele acredita que ações desse tipo continuarão acontecendo.

O Fábio relembrou que a Silvia (ACNUR) tinha mencionado que muitas mulheres mães tinham tentado realizar o registro de nascimento mas que a documentação era irregular e isso afetava em vários sentidos. Ele disse que esse caso já chegou na SMDHC nesta semana. Sendo que essa demanda não é só de imigrantes.

A Renata também disse que já receberam casos semelhantes, um caso no qual o POUPEMPO nem deixou entrar a pessoa que ia tirar a segunda via do RG da filha.

O Juan solicitou orientações sobre o cadastro do auxílio emergencial. A Rebeca disse que o cadastro está dando certo apenas para aqueles que se cadastraram desde o ano passado, na primeira fase do auxílio emergencial.

O Fábio apresentou 3 portarias entre elas: a Portaria interministerial nº19 de março de 2021 que diz respeito aos países fronteiriços que não faz parte do mercosul, a Portaria da Polícia Federal que trata da questão relativa à regularização migratória ou prorrogação do prazo para a regularização migratória até setembro de 2021, e da portaria 652, a qual dispõe algumas restrições excepcionais de entrada no Brasil de estrangeiro de qualquer nacionalidades.

A Viana quis saber a razão exata da portaria 652 para recusar a entrada no Brasil dos imigrantes venezuelanos.

O Fábio disse que não tem nenhuma justificativa.

A Viana replicou que a medida tomada está parecendo preconceituosa.

A Renata concordou com a fala da Sra Viana. Viana. Acrescentou que a portaria 652 é muito diferente das outras porque não menciona o prazo da duração de restrição não está definido.

O Wilbert perguntou se o CRAI recebeu algum caso referente às crianças venezuelanas com menos de 9 anos, solicitando o documento de consentimento de nascimento?

A Rebeca disse que ainda não, porém, mencionou que o CRAI ficará atento a acompanhar caso houver pedido nesse sentido.

A Renata disse que a portaria 652 é muito complicada e dificulta muito a situação dos imigrantes, sugeriu que o CMI pudesse encaminhar uma nota técnica para a PF, na qual irá explicar as dificuldades enormes que os imigrantes estão encontrando para a renovação de documentos.

O Juan concordou com a Renata.

Guilherme manifestou o interesse de começar a participar nos debates do GT Integração.

Eduardo trouxe duas sugestões ao GT Integração. A primeira sugeriu que o CRAI seja ramificado com outras entidades intermunicipais para poder atender imigrantes que moram longe do centro de São Paulo. Pois com um só ponto de atendimento não está conseguindo agregar toda a comunidade

imigrante. Sugeriu também sugeriu que o CMI pudesse montar uma equipe, a qual teria como missão de acompanhar casos como assassinato e desaparecimento dos imigrantes africanos e demais.

Em relação à descentralização do atendimento do CRAI, o Sr. Vinicius disse que o CRAI MÓVEL foi criado para esse propósito, só que com a chegada da pandemia a coordenação tinha que suspender o projeto. No entanto, referente a segunda proposta, Ele disse que o conselho não é órgão de fiscalização mas construtivo, e o seu papel é de analisar problemas e propor soluções, ele não está habilitado a fazer esse tipo de tarefas mas não exclua que pode trabalhar com os órgãos competentes como por exemplo ouvidoria e outras corporações federativas.

A Alexandra propôs que a Coordenação pudesse dialogar com o CRAS no objetivo de trabalhar em colaboração para atender a demanda de auxílio emergencial ou de cesta básica dos imigrantes que moram longe do centro de São Paulo, porque eles têm dificuldade maior para se deslocar até o centro. Acrescentou ao mesmo tempo perguntando se o conselho pode ter um representante em determinado CRAS?

O Fábio disse que quase todas as sugestões que ela trouxe, entram na lógica do plano municipal.

Respondendo a preocupação da Sra. Alexandra, a Sra. Rebeca disse que o CRAI além do seu plano de atuação (Atendimento para imigrantes e a sensibilização de servidores públicos) não exclui que os técnicos de outras áreas públicas possam exercer o mesmo papel que o CRAI.

Lillian sugeriu que o conselho possa conversar com os conselheiros para que pudesse redigir uma nota técnica a ser encaminhada para o DF para autorizar a regularização de documentos em outras unidades.

Roseli as pessoas precisam ser educadas em relação ao atendimentos de pessoas nas instituições escolares por isso deve se pensar

Encaminhamentos:

- Estruturar um espaço que tenha uma linha específica de atuação sobre regularização migratória
- Considerar a realização de materiais informativos e notas técnicas por parte do CMI quando necessário.

O Sr. Vinicius encerrou a reunião.